



YVES LACOSTE E A QUESTÃO DO MÉTODO: INSPIRAÇÃO TRICARTIANA E POSIÇÃO CRÍTICA FACE À ABORDAGEM DA ESCOLA FRANCESA DE GEOGRAFIA

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior
Instituto Federal do Maranhão, São Luís, Brasil
jose.ribeirojunior@ifma.edu.br

RESUMO – Objetiva discutir o método do geógrafo franco-marroquino Yves Lacoste a partir do livro intitulado *Unité et diversité du tiers monde* (1980), originalmente sua tese d’État defendida em 1979. Para atingir tal objetivo, restringe-se à discussão do primeiro tomo de sua referida tese – particularmente a segunda parte, eminentemente metodológica – intitulada *Os diferentes níveis da análise da diversidade*. Em termos de método, a investigação toma como base – além da própria obra em tela – as memórias do geógrafo em foco (LACOSTE, 2018); as observações realizadas por Bernard Kayser (1981); e as lições de Jean Tricart (1965). É oportuno destacar que tanto Tricart quanto Kayser fazem parte das afinidades eletivas (SOUSA NETO, 2021) de Lacoste. Tais afinidades [de classe] foram eleitas subjetivamente pelo geógrafo. Em 1946, ele conheceu Kayser no Institut de Géographie – onde também foi aluno de Tricart. A princípio, um dos principais resultados que a pesquisa permitiu apontar é que o método lacosteano tem, como uma das suas fontes de inspiração, os ensinamentos de Tricart publicados em seu livro *Principes et méthodes de la géomorphologie* (1965), bem como desvela uma posição face à démarche da Escola Francesa de Geografia.

Palavras-chave: Yves Lacoste; *Unité et diversité du tiers monde*; Jean Tricart; Escola francesa de geografia.

YVES LACOSTE ET LA QUESTION DE LA MÉTHODE : INSPIRATION TRICARTIENNE ET POSITION CRITIQUE FACE À DÉMARCHE DE L’ÉCOLE FRANÇAISE DE GÉOGRAPHIE

ABSTRACT – Il s’agit de discuter la méthode du géographe franco-marocain Yves Lacoste à partir de l’ouvrage intitulé *Unité et diversité du tiers monde* (1980), à l’origine sa thèse d’État soutenue en 1979. Pour atteindre cet objectif, il se limite à la discussion du premier tome de son thèse - en particulier la deuxième partie, éminemment méthodologique – intitulé *Les différents niveaux de l’analyse de la diversité*. En termes de méthode, l’enquête s’appuie – en plus de l’œuvre sur toile elle-même – les mémoires du géographe en question (LACOSTE, 2018) ; les observations réalisées par Bernard Kayser (1981) ; et les leçons de Jean Tricart (1965). Il convient de souligner que Tricart et Kayser font partie des affinités électives (SOUSA NETO, 2021) de Lacoste. Ces affinités [de classe] ont été élues subjectivement par le géographe en question. En 1946, il a rencontré Kayser à l’Institut de géographie - où il a également été élève de Tricart. Au début, l’un des principaux résultats que la recherche a permis de souligner est que la méthode lacostéenne a, comme l’une de ses sources d’inspiration, les enseignements de Tricart publiés dans son livre *Principes et méthodes de la géomorphologie* (1965) ainsi que comme révélateur d’un positionnement par rapport à la démarche de l’École française de géographie.

Keywords: Yves Lacoste ; *Unité et diversité du tiers monde* ; Jean Tricart ; École française de géographie.

INTRODUÇÃO

O geógrafo especialista em geopolítica Yves Lacoste é um professor aposentado de Geografia da Universidade Paris VIII. Lacoste é principalmente conhecido por dois aspectos: a publicação do

livro *A geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*, em 1976; e, no mesmo ano, a fundação da revista *Hérodote*. Não obstante, questões relativas ao que podemos chamar de complexo temático Geografia-subdesenvolvimento-terceiro mundo também foram objeto de reflexão do autor tal qual demonstram os seguintes textos: o artigo (1) *Le concept de sous-développement et la Géographie* (1967); o capítulo (2) *A Geografia* (1974 [1973]); e o livro (3) *Unité et diversité du tiers monde*, de 1980.

Enquanto objeto de reflexão neste momento, discute-se o método do geógrafo franco-marroquino a partir do livro intitulado *Unité et diversité du tiers monde* (1980), originalmente sua *thèse d'État* defendida em 1979. Para atingir tal objetivo, restringe-se à discussão ao primeiro tomo de sua referida *thèse* – particularmente a segunda parte, eminentemente metodológica – intitulada *Os diferentes níveis da análise da diversidade*. Nossa hipótese é que o método lacosteano tem, como uma das suas fontes de inspiração, os ensinamentos de Jean Tricart publicados em seu livro *Principes et méthodes de la géomorphologie* (1965), bem como desvela uma *posição* face à *démarche* da Escola Francesa de Geografia.

Entendemos que as situações existenciais pelas quais Lacoste atravessou e foi atravessado em determinados países do terceiro mundo (Afeganistão, Argélia, Burkina Faso, Cuba e Vietnã) bem como as querelas intelectuais e institucionais acerca da Escola Francesa de Geografia, marcaram profundamente a constituição de suas obras. Em razão disso, optamos por analisar uma parcela da trajetória lacosteana pelo prisma das *afinidades eletivas*. Como explica Sousa Neto (2021, p. 5): “Para nós, em termos de método, as afinidades eletivas estão em associar a história da geografia com uma geografia histórica do capitalismo”. Nesse sentido, a geografia histórica do capitalismo – especialmente aquela da descolonização de África e Ásia – imprime na trajetória geográfica de Yves Lacoste um cariz anticolonial. Tal anticolonialidade não se deveu apenas à formação territorial capitalista no terceiro mundo, mas também àquelas afinidades [de classe] eleitas subjetivamente pelo geógrafo: Pierre George (1909-2006), Jean Tricart (1920-2003) e Bernard Kayser (1926-2001) – todos foram em algum momento membros do Partido Comunista Francês (PCF).

Nosso escrito não deixa de estar vinculado à história intelectual. Nos termos de François Dosse (2006 [2003]), trata-se de um projeto de elucidação das obras dos pensadores na sua historicidade. Dosse (2006 [2003]) também nos elucida que a história intelectual tem como ambição fazer com que as obras, autores e contextos sejam expressados simultaneamente. Por um lado, tornou-se peremptório evitar uma análise meramente “internalista”. Certamente, ela existe e um tratamento quase exegético mostrou-se decisivo na captura de filigranas intelectuais. Por outro, uma aproximação externa – priorizando as redes de sociabilidade – ilumina os percursos e itinerários de erudição que Yves Lacoste contraiu. Logo, observaremos nas páginas que se seguem a reprodução intelectual que engendra os supracitados textos lacosteanos, sua pena e os contextos que lhe servem de situação. Sem embargo, esses elementos acham-se coagulados em seus livros, capítulos, artigos, bem como na própria forma como o geógrafo relata as questões que lhe são objetos de reflexão.

O presente artigo toma como base – além dos textos lacosteanos – as memórias e uma entrevista com o geógrafo em foco (LACOSTE, 2018; 2022); as observações realizadas por Bernard Kayser (1981); as lições do citado livro de Tricart (1965); e as contribuições analíticas e históricas realizadas por Paul Claval (1984), François Dosse (1994 [1993]), Ruy Moreira (2009) e Olivier Orain (2009). Para tanto, dividiu-se o escrito em duas partes, além da introdução: na primeira parte focaliza-se como a proposição metodológica de Yves Lacoste apresenta-se como uma *posição* face à *démarche* da Escola Francesa de Geografia. Observaremos como o geógrafo externaliza críticas em relação à tradição na qual fora formado, mas também contra o desafio anglo-saxão representado pela *New Geography*. Na segunda parte discute-se a articulação dos diferentes níveis de análise no espaço e no tempo, batizado de “método Lacoste” na avaliação de Georges Viers (1981). Destacamos a influência tricartiana, mas também aquela representada por Ludwig von Bertalanffy (1901-1972) e a sua *Teoria Geral dos Sistemas* (1968). As considerações finais integram a última parte.

As sucessivas posições críticas frente ao método da Escola Francesa de Geografia (1966-1975)

Na introdução desse artigo defendemos que o método lacosteano não é só fruto da influência de Jean Tricart, mas também é uma posição frente à *démarche* da Escola Francesa de Geografia. Cabe destacar que essa posição não deixa de ser resultado das discussões acerca do complexo temático Geografia-subdesenvolvimento-terceiro mundo com o qual Yves Lacoste se vê envolto. Tais questões, a princípio “externas” à geografia, são internalizadas pelo geógrafo em foco a partir de um raciocínio “vidaliano-marxista” – tributário de Pierre George – em que, contraditoriamente, ele começa a questionar a Escola Francesa de Geografia (inclusive seu método) ao mesmo tempo em que busca ampliar sua geograficidade. Não deixa de ser também um posicionamento frente às querelas intelectuais-institucionais da geografia francesa no pós-Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, destacamos dois textos que exemplificam esse momento de posicionamento crítico face à *démarche* da Escola Francesa de Geografia. Trata-se do artigo (1) *Le concept de sous-développement et la Géographie* e (2) o capítulo “A Geografia”, publicado no volume 7 (A Filosofia das Ciências Sociais) da monumental *História da Filosofia* de François Châtelet. Os referidos textos capturam – em maior ou menor dimensão – o contexto de transformações institucionais, de crise e desafios acadêmicos que vão atravessar o pensamento e a vida de Yves Lacoste entre os anos de 1966 e 1975. Algumas palavras são necessárias.

Na França, a força da escola vidaliana servia de resguardo à crescente influência dos métodos quantitativos que iam, ao mesmo tempo, corroendo-a. A geografia francesa se abriu para as influências do sueco Torsten Hägerstrand (1916-2004), do estadunidense Edward Ulmann (1912-1976), bem como dos britânicos Richard Chorley (1927-2002), Brian Berry, Peter Haggett e David Harvey. Haggett, Hägerstrand e Berry farão parte do “conselho de patronagem” da revista *L'Espace géographique*, fundada em 1972 pelo geógrafo Roger Brunet (ORAIN, 2009, p.250). Além desses grandes nomes da análise locacional, a revista contava com a presença de importantes nomes da geografia francófona: Jacqueline Beaujeu-Garnier, Paul Claval, Olivier Dollfus, Armand Frémont, Pierre George, Étienne Juillard, Jean Labasse, André Meynier, Philippe Pinchemel, Gilles Sautter, Jean Tricart. O geógrafo suíço Jean-Bernard Racine e o economista Jacques-Raoul Boudeville também integraram essa equipe.

Se, como ensina Vincent Berdoulay, a escola francesa de geografia respondia ao desafio alemão, agora o desafio era sobretudo anglo-saxão. Para uns, os métodos quantitativos eram – rigorosamente – modelos. Para outros, esses mesmos métodos eram objeto de represália ou, no mínimo, eram auxiliares. Diversidade, mas também unidade: ambas correntes buscam romper as limitações pátrias. Não seria correto pensar que a geografia francesa estava se internacionalizando cada vez mais? Pois é certo que o contato dos geógrafos do Hexágono com outros colegas de pátrias distintas, especialmente a Alemanha, ocorria pelo menos desde o final do século XIX:

Desde o começo dos anos 1870, Vidal de La Blache se pôs a viajar frequentemente à Alemanha, onde visitava os seminários ou os laboratórios de geógrafos célebres, como Ferdinand von Richtofen, Oskar Peschel, Theobald Fisher e Ratzel. Com a ajuda de bolsas, Emmanuel de Margerie esteve na Alemanha em 1885, Camena d'Almeida, em 1886, de Martonne, em 1896-1897. Brunhes foi ao seminário de Ratzel, em Leipzig, em 1904, e retornou à Alemanha em 1910 (BERDOULAY, 2017 [1981], p.17).

Para além do “desafio anglo-saxão”, outro problema continuará marcando essa época e, como não poderia deixar de ser, Yves Lacoste: a especialização do conhecimento punha em xeque a unidade da geografia – ameaçada pela ruptura em “física” e “humana”. Quanto mais a geografia se expandia, mais ela se especializava, novos métodos surgiam e mais a ameaça de cesura avizinhava a ciência em tela. Como resolver essa contradição entre unidade e especialização? Veremos de que forma o geógrafo enxergará no conceito de subdesenvolvimento uma resposta possível.

A propósito, a atualidade (na época, 1967) desse conceito caminhava lado a lado ao envelhecimento daquele de região. E isso era um sintoma do enfraquecimento da geografia vidaliana. O obstáculo da

“região-escala” será uma das primeiras críticas que Lacoste fará à Vidal de la Blache – em defesa das diversas escalas de análise, tema que o acompanhará desse momento em diante. Isso desvela, tal qual analisaremos, uma direção do pensamento do geógrafo que vai desaguar numa postura que busca refundar, ou no mínimo reformar, a geografia – através de obras e revistas. Certamente, ele não está isolado nessa empreitada: Armand Frémont dá novo impulso aos estudos locais e regionais através da ênfase na experiência do espaço vivido (*espace vécu*), ao passo que “Georges Bertrand e Gabriel Rougerie tentaram construir laços mais estreitos entre a geografia natural e a humana através da análise da paisagem” (CLAVAL, 2000, p.240). Roger Brunet também estará nessa seara.

Assim, é nesse contexto de transformações institucionais, de crise e desafios acadêmicos que começa uma fase na vida e no pensamento de Yves Lacoste que podemos qualificar de intenso engajamento e ação. No espírito da geografia ativa ele atravessará o período que vai de 1966 até 1975 – às vésperas das publicações mais decisivas de sua carreira: o lançamento da revista *Hérodote* e a estrondosa obra *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (ambas de 1976). As sendas desse tempo espacializaram-se nas pesquisas de campo que ele leva a cabo no terceiro mundo: em Burkina Faso, os problemas de desenvolvimento agrícola e a luta contra a oncocercose?; em Cabul, alguns problemas do Afeganistão são estudados: o crescimento demográfico, o fato urbano, as favelas; em Cuba, participa de um Congresso Cultural e reflete sobre as estratégias em torno de *Sierra Maestra*; no Vietnã, os horrores dos bombardeamentos dos diques do rio Vermelho. África, América Latina e Ásia: em cada continente uma intervenção, uma ação, um tipo de engajamento. Serão essas experiências concretas que, somadas ao maio de 1968 em Paris, fornecerão o substrato para sua primeira reflexão epistemológica sobre a Geografia. Entrementes, ele intervirá três vezes (1966, 1967 e 1968) sobre um tema caro aos seus países e à sua geografia: o subdesenvolvimento. Para o nosso caso, interessa o artigo *Le concept de sous-développement et la Géographie*, publicado nos *Annales de Géographie*.

Na Escola Francesa de Geografia papel de destaque cabia ao conceito de gênero de vida e ao nível de análise regional. Naquele momento, 1967, o conceito de gênero de vida aparecia para Yves Lacoste como insuficiente em decorrência do desenvolvimento do capitalismo industrial. Daí porque, no citado artigo, o geógrafo critique o fato de um conceito que expressava as relações de autossustentabilidade de grupos humanos vivendo em espaços relativamente restritos não ser capaz de cobrir a propagação do capitalismo nas mais diversas partes do globo. Um conceito de *grande escala* esbarra numa realidade em *pequena escala*.

Haveria então uma oposição. A posição defendida por Lacoste, de que o conceito de subdesenvolvimento pode desempenhar um papel benéfico e proeminente na investigação dos problemas sociopolíticos do Terceiro Mundo; e aquela dos que se oporiam à adesão do conceito de subdesenvolvimento na geografia. Se opunham por diversas razões: (1) considerarem tal conceito uma alienação que engendraria a ciência geográfica a copiar as ciências sociais e econômicas; (2) o conceito de subdesenvolvimento era muito amplo, cobrindo diversos sentidos confusos e diferentes; (3) o conceito gera um desconforto pois açambarcaria problemas nacionais-regionais bastante distintos. O geógrafo não cita quais intelectuais se opunham à utilização do conceito de subdesenvolvimento. Podemos supor que eram aqueles partidários da escola francesa de geografia e seu conceito primordial: gênero de vida. Daí porque o geógrafo vai investir, crescentemente, contra esse conceito ao mesmo tempo em que busca introduzir na reflexão geográfica aquele de subdesenvolvimento. E aqui o geógrafo avança, pois, tais oposições desvelam concepções de geografia. Nesse texto, Lacoste (1967) começa a desnudar o embate epistemológico que o tornará célebre em 1976 quando publica *La géographie ça sert d'abord à faire la guerre*.

Qual seria o papel do geógrafo? Conforme Lacoste (1967), definir e delimitar a extensão do subdesenvolvimento na superfície do globo. Lançando mão da observação das realidades concretas, nos mais diferentes países, seria possível identificar os caracteres fundamentais do subdesenvolvimento e os países que os apresentam. Caberia a esse profissional generalizar progressivamente as diversas situações de subdesenvolvimento – correspondentes a cada país subdesenvolvido. Como fazer isso? Eis uma das diferenças do geógrafo em relação à *démarche* da escola francesa de geografia, de cariz vidaliano: Yves Lacoste *apreende em diversas escalas as situações de subdesenvolvimento*. Faz isso a

partir de *generalizações metódicas* calcadas na *observação* das realidades concretas dos países subdesenvolvidos. Àquele momento, 1967, o geógrafo já contava com o que podemos chamar de *experiências de geografia ativa*: os estudos em Alto Volta e Afeganistão. Sem falar da Argélia, onde havia lecionado e refletido sobre alguns problemas.

Cabe ao geógrafo combinar as diversas observações efetuadas em escalas muito diferentes para compreender melhor um mesmo fato ou um conjunto de fatos. Vemos mais uma vez aqui um elemento do método geográfico lacosteano. As observações feitas em grande e pequena escala geram descobertas distintas. De modo que cada escala apresenta um nível de análise, é importante *articular os diferentes níveis de análise* – por exemplo: da monografia local à descrição de um Estado, passando pelo estudo de uma região.

O geógrafo identifica na obra de Paul Vidal de La Blache, e na geografia que evolui a partir dela, a raiz do primado do nível regional em detrimento das análises em pequena escala – o que impediria a adoção do subdesenvolvimento enquanto conceito geográfico. Assim, por um lado a geografia regional lablacheana tem o mérito de fazer progredir metodologicamente a ciência geográfica e aperfeiçoar os procedimentos de análise e síntese. Por outro lado, tal tipo de *démarche* esbarraria no exame das combinações dos dados naturais e fatores humanos em pequena escala. Podemos dizer que Yves Lacoste enxerga no conceito de situação de subdesenvolvimento uma perspectiva capaz de superar as limitações daquele de gênero de vida.

Destarte, Lacoste condiciona a eficácia de uma abordagem *geográfica* – leia-se: *regional* – nos países do Terceiro Mundo junto à abordagem *global* (em pequena escala) dos problemas dos países subdesenvolvidos. O que o geógrafo busca é *subsumir* – diríamos até dialeticamente – a *escala-obstáculo regional* junto aos outros *níveis de análise*.

Num intervalo de 04 anos, entre 1968-1972, a vida profissional de Yves Lacoste eleva-se à um grau superior. Participa do Congresso cultural de Havana (1968), inicia a docência em Vincennes (1969) e viaja para o Vietnã onde realiza trabalho de campo sobre o bombardeamento dos diques do rio Vermelho (1972). No caso da missão no Vietnã, podemos dizer que se trata de um primeiro momento de um reconhecimento intelectual internacional. Maio de 68 e a experiência de docência em Vincennes foram outros pontos cruciais na sua carreira. Esses dois pontos são salientados por Olivier Orain e François Dosse. De acordo com esse importante historiador, o contexto da Universidade de Vincennes possibilita ao geógrafo abandonar o “economicismo tingido de marxismo de uma geografia essencialmente descritiva” (DOSSE, 1994 [1993], p.355). Os veículos dessa mudança foram o estruturalismo e o marxismo, notadamente aquele capitaneado por Louis Althusser (1918-1990). É por isso que o geógrafo Orain (2009) elucida que maio de 68 e a influência do pensamento de Althusser vão contribuir para o surgimento de uma crítica da geografia que entrelaça epistemologia e política – embora Lacoste tenha negado qualquer contato com o filósofo marxista estruturalista (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Como reflexo disso, Châtelet convida Lacoste para escrever um artigo homônimo sobre A Geografia no sétimo e último volume de sua monumental *História da Filosofia: A Filosofia das Ciências Sociais*. Ao fazer isso, o filósofo concedeu certo status de igualdade à geografia em relação à etnologia, história, linguística, psicologia e a sociologia. Nenhum livro de filosofia tinha antes incluído um capítulo sobre geografia (LACOSTE, 2018). E essa conquista, que indubitavelmente envaidece o geógrafo, não deve ser menosprezada em se tratando de uma disciplina um tanto prejudicada na hierarquia do conhecimento (DOSSE, 2018). Prejudicada pois, antes dos acontecimentos de 1968, a geografia prendia-se à um descritivismo; concebendo-se enquanto gênero literário, “reunia num espírito enciclopédico as informações adquiridas sobre cada país: relevo, clima, história das sociedades humanas, hábitos e costumes, etc., e apresentava-as de forma narrativa e pessoal ” (CHOLLEY, 1951 [1942], p.9). De cariz regional e periférico, encontrava-se enfraquecida e preocupada em gerenciar a herança vidaliana. Com uma França que se modernizava – podemos dizer se urbanizava – não era mais possível manter-se atrelada ao naturalismo, ao caráter monográfico e “à preponderância atribuída às permanências” (DOSSE, 1994 [1993], p.349). A modernização das áreas rurais, fruto da aceleração do progresso urbano-industrial desde 1945, fez

com que a “geografia regional” ficasse “impotente diante de um mundo que não podia mais ser explicado por seu passado” (CLAVAL, 1984, p.23). Era preciso trucidar para triunfar. E é contra essa geografia, outrora gloriosa, que o capítulo lacosteano é escrito.

Para os nossos propósitos, nesse capítulo vemos o que se pode chamar de *incômodo intelectual interno* com a Escola Francesa de Geografia. A geografia regional – síntese dialética das geografias física e humana – havia se erigido para a ciência geográfica o que Gaston Bachelard (1884-1962) qualificou de *obstáculo epistemológico*. Os obstáculos epistemológicos são as causas de inércia, “de estagnação e até de regressão” do espírito científico (BACHELARD, 2001 [1928], p.17). Se o ato de conhecer processa-se contra um conhecimento pretérito, nos termos bachelardianos, Lacoste tinha que criticar esses conhecimentos estabelecidos.

Destarte, ao passo que outros cientistas, da natureza ou da sociedade, desenvolviam métodos e instrumentos conceituais novos, o geógrafo havia se tornado refém de noções vagas – região, *pays* – sem estabelecer um raciocínio epistemológico sobre seus próprios conceitos e métodos. Outra contradição: o geógrafo nutria-se de instrumentos e conceitos de outras ciências cujo quadro espacial não era essencial. Observe-se aqui uma importante mutação entrevista: ao passo que a Escola Francesa havia cristalizado o conceito de região enquanto instrumento de reflexão, Lacoste se refere à espaço.

Com a derrota do Nazismo ao fim da Segunda Guerra Mundial, inicia-se o período de gelificação – pelo menos na forma – da geopolítica, associada visceralmente ao Terceiro Reich. A geografia, em especial a escola francesa, passa a escamotear os problemas políticos. Vidal de la Blache, mestre dessa escola, coagula em suas obras “a ideia das descrições regionais aprofundadas, consideradas como a forma mais depurada do raciocínio geográfico” (LACOSTE, 1974 [1973], p.248). Trata-se de uma forma teórica e metodológica que captura as relações históricas entre o homem e a natureza, especialmente aquelas mais pretéritas. Contudo, o desenvolvimento do capitalismo industrial – especialmente na França – perturbava as permanências, equilíbrios e continuidades típicas de uma paisagem rural cuja atividade primordial era a agricultura. A contribuição de Vidal é contraditória. Em primeiro lugar, o pensamento vidaliano demarca a ruptura – ou poderíamos dizer a cesura – entre ciências sociais e geografia. Vidal também combate a tese do “determinismo geográfico” ao realizar as mediações históricas entre os fatos humanos e os dados naturais. Em segundo lugar, confere à monografia regional a forma por excelência de captura do conteúdo geográfico – a relação entre natureza e homem. Esse tipo de relação é captado através do estudo da região, ou seja, de uma porção do espaço a ser estudada cientificamente pelo geógrafo em suas dimensões físicas e humanas interrelacionadas.

Lacoste (1974 [1973], p.250) incomoda-se com a compreensão da região como um dado – “um espaço dotado de certas particularidades, apresentando uma ‘individualidade’ que a torna diferente dos territórios que a circundam”. Ora, se a região é um dado significa que tem uma existência objetiva, independente do sujeito que reflete sobre ela. A região não seria um objeto construído epistemologicamente e sim um fato, bastando ao geógrafo analisar em profundidade as relações entre homem e natureza nessa individualidade espacial. Para o caso da França, o critério definidor de tal individualidade oscilava entre a geologia e a política. Exemplificando: As regiões Maciço Central, Alpes e Bacia Parisiense assentavam-se em critério geológico. Por sua vez, as regiões Bretanha, Normandia e Champanha fundavam-se em critério político. À delimitação, seguia a análise.

Se a região era apresentada e compreendida como um dado, o mapa era apresentado como uma “questão de bom senso” (LACOSTE, 1974 [1973], p.252). De um lado, objetivismo; de outro, subjetivismo cômodo. Nesse último caso, a escolha da escala de representação padece de uma consideração devida sobre a natureza dos problemas geográficos, sejam eles físicos (climáticos, pedológicos) ou humanos (políticos). Ora, dependendo do problema em tela, o mapa deve ser correspondente. *Exempli gratia*: os conflitos políticos entre os países capitalistas e socialistas requerem uma representação cartográfica de pequena escala – pois as extensões territoriais são enormes.

Eis então o problema epistemológico primordial da geografia para Yves Lacoste. A realidade aparece de modo distinto conforme os níveis de análise. Ele já havia apontado para isso quando

analisou o bombardeamento dos diques no Vietnã. Dependendo do nível de análise em que se situa o geógrafo, a problemática posta em evidência cambia. Em grande escala, os bombardeamentos dos diques situavam a problemática de uma guerra de extermínio contra o povo vietnamita. Em pequena escala, a guerra de resistência vietnamita arrastou as duas grandes potências mundiais no conflito. Lacoste investia contra a ausência de vigilância epistemológica acerca da técnica cartográfica chamada generalização – que torna possível “estabelecer um mapa em pequena escala de uma “região”, a partir dos mapas de maior escala que a representam de modo mais preciso” (LACOSTE, 1974 [1973], p.253)

Ele reconhece que determinados geógrafos franceses já haviam abordado o problema da mudança de escala, portanto de nível de análise de conceitualização. Foi o caso de Jean Tricart, Olivier Dollfus, François Durand-Dastès, Henri Enjalbert e Pierre George. Os quatro primeiros concentraram-se na representação dos fenômenos da natureza. George – citado diretamente – evocou esse problema no que concerne a representação dos fatos humanos. Todavia, para Yves Lacoste não bastava concentrar-se numa ou noutra representação: era preciso articulá-las. Ele capturou um método de ser aplicado à climatologia, geologia, demografia e sistematizou – o que os geógrafos supracitados não faziam. Lacoste não vai apenas sistematizar o método, mas também teorizar e generalizar. Além disso, ele exemplifica a importância de se atentar para a combinação dos fatores geográficos que aparecem conforme o nível de análise e do espaço conexo:

Um mesmo geógrafo pode dedicar-se ao estudo dos problemas de um vilarejo africano, à análise da situação da região onde se encontra este vilarejo, ao exame dos problemas em nível do Estado onde ela se inscreve, e à apreensão do “subdesenvolvimento” no nível do conjunto do “Terceiro Mundo”; tal geógrafo terá, de fato, discursos bastantes diferentes (nem que seja pelo vocabulário) que não se relacionam uns com os outros e que parecem excluir-se em muitos pontos (LACOSTE, 1974 [1973], p.254).

Isso conduz à discussão da *démarche* lacosteana na investigação geográfica. Se a Escola Francesa de Geografia detinha, enquanto nível de análise privilegiado a região, para Yves Lacoste era decisivo situar-se em outros níveis de análise. Isto era necessário, mas não suficiente. Uma análise regional pode ocultar ou deformar fenômenos e problemas tanto quanto uma análise em escala local ou nacional. Daí que para o geógrafo articular os diferentes níveis de análise era um passo crucial na investigação de caráter geográfico. A articulação das observações são função do que ele chama de espaços distintos de conceptualização: “instrumentais que permitem apreender o que se passa em diversos pontos da superfície do globo” (LACOSTE, 1974 [1973], p.259). Ou seja, as observações efetuadas nos diferentes níveis de análise são função do tamanho do espaço considerado e dos critérios da seleção. Apoiando-se na noção de “diferentes tempos” de Louis Althusser, Lacoste relê essa noção e raciocina que o geógrafo deveria também atentar para uma diferenciação entre o espaço enquanto objeto real e o espaço como objeto de conhecimento. Nesse último caso, trata-se das mais distintas representações espaciais – seja de cientistas (matemáticos, geógrafos), seja de artistas (pintores, por exemplo) – e sua correspondente evolução histórica.

Yves Lacoste associa a cartografia ao poder. Um poder sobre o espaço está conectado com a representação do espaço. Indubitavelmente, a cartografia é conhecimento e poder ao mesmo tempo – como nos ensina Brian Harley (2009). É certo que, assim como Harley, Lacoste é ciente que essa ciência dos príncipes é bastante antiga. Não obstante, ele demarca com o colonialismo o surgimento de uma necessidade de representar o espaço de modo mais fidedigno, daí o papel primordial do cartógrafo-geógrafo. Era preciso afastar as representações espaciais míticas. O desenvolvimento do capitalismo implicou uma diferenciação das representações do espaço. Tais representações dependem, em larga medida, “da diversidade das escalas em que ele é considerado” (LACOSTE, 1974 [1973], p.258). Como resultado, uma ampliação das representações espaciais se processou atingindo desde as classes dirigentes até as camadas mais amplas da população. As múltiplas representações do espaço estão entrelaçadas nas práticas sociais. A classe trabalhadora, por exemplo,

vive e percebe o espaço geográfico de modo diferente da burguesia. Lacoste cunha o conceito de *espacialidade diferencial* para capturar as distintas percepções a partir das classes sociais.

Mas como expressar a articulação entre os espaços de conceptualização e suas interações correlativas? Essa tarefa seria cumprida através da construção de modelos. Estes teriam como inspiração uma sucessão de mapas produzidos em escalas decrescentes, isto é, das menores superfícies às maiores – com os detalhes sendo inversamente proporcionais. Os modelos evitariam a técnica cartográfica da generalização. Não se tratava de derivar um mapa de escala pequena a partir de um mapa de escala grande. Os modelos explicariam a crescente distinção realizadas na superfície terrestre entre as “situações geográficas” (LACOSTE, 1974 [1973], p.260).

Podemos dizer que na articulação dos diferentes níveis de análise Yves Lacoste enxerga uma resposta à crise da Escola Francesa de Geografia. Ele reconhece o mérito de Vidal de la Blache em ter mostrado as complexas relações entre os dados físicos e humanos por meio da análise regional. Através dos trabalhos de Vidal – e de seus seguidores – a região adquiriu “personalidade”, sendo reconhecível pela fisionomia paisagística e tratada como um dado histórico-natural objetivo. Sendo um dado *a priori*, bastaria ao geógrafo esmiuçar e deslindar a paisagem. Lacoste atribui a essa operação, aparentemente natural, a responsabilidade pela eliminação dos problemas epistemológicos inerentes à Geografia. A região transformou-se no espaço de conceptualização predileto dos geógrafos, um conceito-obstáculo, sendo a monografia sua forma de apreensão.

É possível deduzir que o incômodo lacosteano é menos com a análise regional e mais com a redução do raciocínio geográfico a esse nível de análise, a esse espaço de conceptualização. Os níveis de análise, os espaços de conceitualização, eram construções epistemológicas assentadas no raciocínio geográfico. A própria cartografia foi reduzida a um nível de técnica, enevoando sua dimensão política – parte essencial do pensamento de Humboldt e Ritter (LACOSTE, 1974 [1973], p.264). Reduzida a nível regional, a análise geográfica escamoteava a referência a vários níveis de análise. Na visão de Lacoste, Vidal e seus continuadores (a exemplo de Emmanuel de Martonne) teriam transformado a abordagem da articulação dos diferentes níveis de análise, numa comparação de situações geográficas existentes no mesmo nível, notadamente o regional.

Os diferentes níveis de análise da diversidade do terceiro mundo e o método das interseções dos conjuntos espaciais. Tricart, Bertalanffy e o problema das escalas

É na segunda parte do tomo I de *Unité et diversité du tiers monde* que o geógrafo expõe o seu método. Este era resultado de uma concepção de geografia como saber articulador dos fenômenos naturais e humanos, bem como uma reflexão sobre as configurações espaciais dos citados fenômenos estudados por diversas ciências. Como mapear essas configurações? A partir de conjuntos espaciais classificados em ordens de grandeza bastante distintas, cuja representação assume a forma de planos sobrepostos – que o geógrafo nomeará *diatopo*. De fato, são os esquemas que mostram a sobreposição de mapas em perspectivas que vão da pequena escala à grande escala (LACOSTE, 2010). Bernard Kayser (1981) qualificou de *princípio das escalas* esse procedimento.

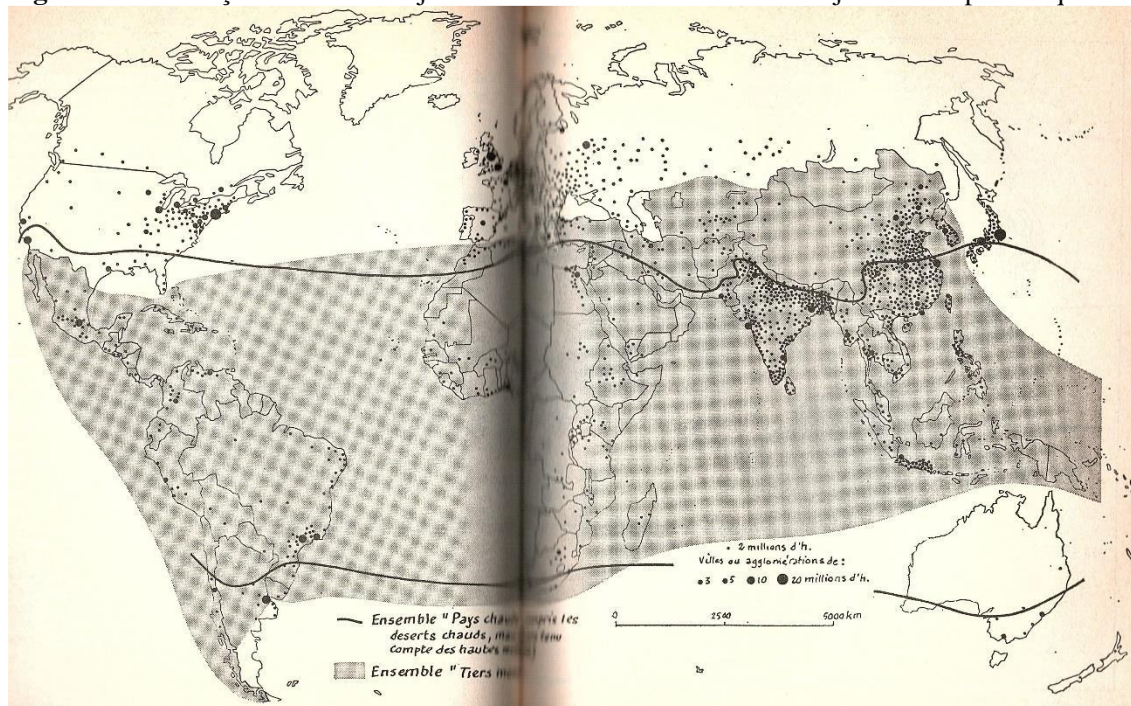
O critério demográfico torna possível um mapeamento do conjunto de Estados que compõem o terceiro mundo. Isso, é claro, numa situação em que a escala é pequena – portanto a abstração das concretudes é elevada. Para dar conta das concretudes é preciso ir passando para escalas maiores e atravessando os lugares. A título de ilustração, dentro de um mesmo Estado nacional, um determinando ponto do território pode ter experimentado um crescimento demográfico enquanto outro pode ter reduzido a população a partir de fenômenos migratórios. O Vietnã não foi bombardeado de forma uniforme; nem a cegueira estava disseminada por todo vale do Volta Branco. Cada uma dessas situações é particular em si e conforme a escala de apreensão do fenômeno. *Exempli gratia*: a revolução cubana, a princípio eminentemente nacionalista, adiciona mais uma camada de complexidade quando Fidel proclama o caráter socialista da mesma. O impacto nacional-continental eleva-se ao nível internacional-mundial. Da mesma forma, o bombardeamento dos diques do rio Vermelho deixou de ser uma mera questão nacional para repercutir mundialmente.

Dependendo do critério, é possível elaborar um mapa do que seria o Terceiro Mundo. O clima e o PIB por exemplo. Mas o que interessa à Yves Lacoste não é fazer coincidir os limites climáticos, ou de renda, com os limites espaciais do terceiro mundo. O foco é a interseção dos conjuntos espaciais – qualificado por Bernard Kayser (1981) como o *princípio dos conjuntos*. Cuba é ao mesmo tempo socialista, pertence ao conjunto dos países de clima tropical e àqueles dos Estados latino-americanos. Tal qual explica:

A adição, à palavra conjunto, do adjetivo espacial tem como função sublinhar que, nessa abordagem analítica, que salienta fundamentalmente um raciocínio geográfico, a maior atenção deve ser dada, sobre o mapa, ao traçado dos limites de diversos conjuntos levados em consideração, com a configuração particular de cada um deles (LACOSTE, 1980, p.106).

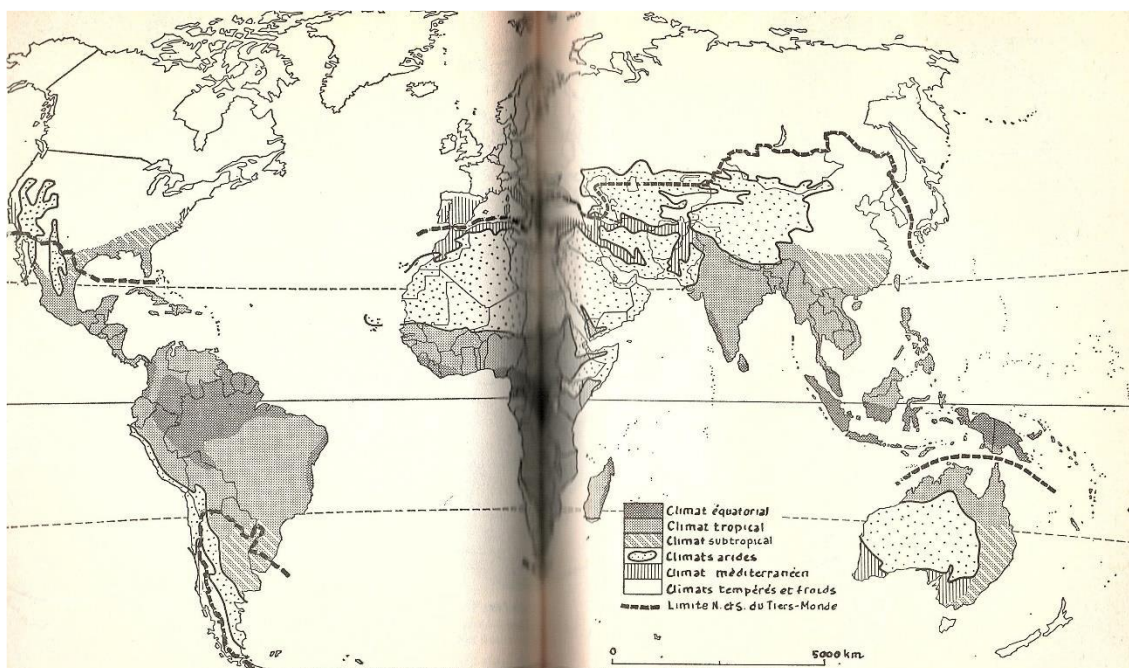
Assim, por exemplo, um mapa climatológico, populacional ou sobre o PIB *per capita*, fornecem conhecimentos e representações parciais da realidade. Nesse caso, a climatologia, a demografia e a economia atuam como formas de enxergar o mundo. No entanto, o geógrafo não pode se contentar com essas representações, com esses conjuntos parciais para apreender a diversidade de superfícies do planeta. Logo, ele deve buscar saturar essas representações combinando-as. É dessa forma que ele se aproxima sucessivamente à captura da diversidade do terceiro mundo (Figuras 1, 2 e 3).

Figura 1. Interseção entre o conjunto do terceiro mundo e o conjunto dos países quentes.



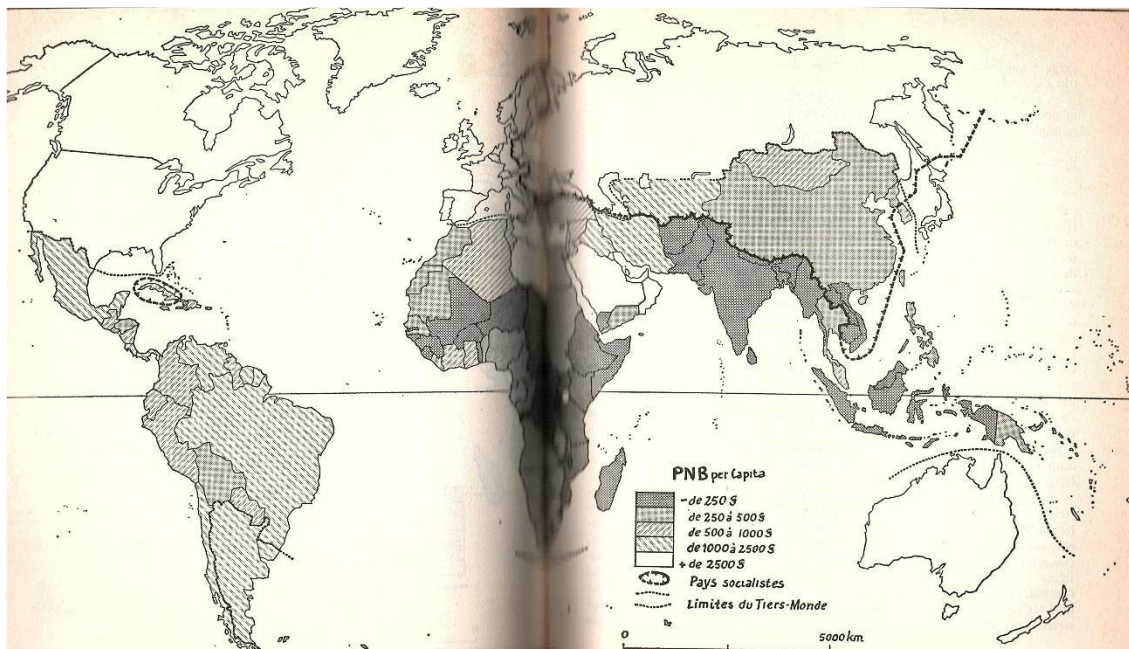
Fonte: LACOSTE, 1980, p.100-101.

Figura 2. Divisão dos grandes conjuntos climáticos e suas interseções com o conjunto terceiro mundo.



Fonte: LACOSTE, 1980, p.102-103.

Figura 3. Conjunto dos Estados socialistas, interseção com o conjunto terceiro mundo e divisão por PNB per capita



Fonte: LACOSTE, 1980, p.102-103.

A interseção dos conjuntos espaciais existe porque os contornos cartográficos dos diversos dados naturais e humanos, capturados pelas suas respectivas ciências, não são necessariamente coincidentes. *Verbi gratia*: o terceiro mundo excedia os limites dos países tropicais, da mesma forma

que o conjunto de climas tropicais não coincida com os seus limites espaciais. Quando as coincidências aparecem é porque as interseções permitem uma visualização das mesmas. Destarte, no caso da Escola Francesa de Geografia, a região aparecia como uma coincidência de dados naturais (clima, geologia, relevo) e sociais (população, economia). Em vez de ser tratada como uma forma de apreender a diversidade e complexidade da superfície terrestre, a geografia dos professores erigiu o conceito de região enquanto tipo primordial de configuração espacial. Capturava, é verdade, uma parcela da diversidade espacial planetária. Mas, para isso, tinha que restringir o espaço de apreensão e produzir sucessivas monografias regionais para dar conta, por exemplo, da realidade nacional. Os países terminavam aparecendo como uma combinação de regiões, cada qual dotadas de sua individualidade ineliminável (climática, demográfica, econômica, geológica, histórica). Daí, para escapar da “região-obstáculo”, Yves Lacoste propõe as interseções – que podem (e devem) ser consideradas atravessando a grande escala (espaços restritos) e a pequena escala (amplos espaços). Esse movimento que transita entre o abstrato e o concreto, estende e restringe os conjuntos espaciais, é a característica epistemológica primordial do raciocínio geográfico. É dessa maneira que o inventário das diferenças espaciais pode ser captado.

O método das interseções dos conjuntos espaciais é uma forma de captar os distintos níveis de representação das realidades naturais e sociais. O que é uma intuição passa, na pena do geógrafo, a ser uma captação consciente. Os problemas que emergem nos grandes e pequenos espaços são apreendidos de uma maneira refletida – da mesma forma que as relações entre os problemas e as escalas são captadas conscientemente. Na esteira do que já havia escrito em *A Geografia* (1973), o assim chamado problema das escalas é refletido teoricamente como o problema dos diferentes espaços de conceitualização (LACOSTE, 1980).

O problema das escalas está ligado à questão das suas escolhas das escalas de redução para representar os mais diversos níveis das realidades: o globo, um continente, um Estado, uma cidade, e assim sucessivamente. Falar em diferentes espaços de conceitualização é estabelecer uma reflexão teórica sobre as escalas transformando-as em instrumentais que permitem apreender o que se passa em diversos pontos da superfície do globo. Além do mais, falar em grande e pequena escala pode resultar em mal-entendidos, pois as escalas são relativas:

De fato, em relação à um mapa de 1/10.000, um mapa em escala de 1/200 000 será considerado como um mapa de pequena escala, mas esse mesmo mapa de 1/200 000 será considerado como um mapa de grande escala comparado com um mapa de 1/10 000 000, e assim por diante (LACOSTE, 1980, p.114).

É nesse momento que o geógrafo vai lançar mão das lições do mestre Jean Tricart. Aqui é importante fazer algumas observações sobre as relações entre eles dois. Yves Lacoste havia sido aluno Max Sorre, André Cholley e Tricart quando este era assistente no *Institut de Géographie*. Junto com Étienne Juillard (1914-2006), André Meynier (1901-1983) e Michel Phlipponneau (1921-2008), Tricart será um dos partidários da *géographie appliquée*. Lacoste, por oposição, filia-se à corrente da *géographie active* – capitaneada por Pierre George – ao lado de Raymond Guglielmo (1923-2011) e Bernard Kayser. A inserção de Lacoste nessa seara da geografia ativa se faz pela mediação do tema subdesenvolvimento – que está no primeiro plano das suas preocupações entre 1959 e 1968. No fundo, a querela geografia ativa *versus* geografia aplicada expressava uma reavaliação das teorias, métodos e da própria concepção do que a Geografia deveria ser.

Jean Tricart e Étienne Juillard criaram na Universidade de Estrasburgo um Centro de Geografia Aplicada. Michel Phlipponneau saudou a criação desse centro por ser a “primeira manifestação oficial do interesse que a Universidade [de Estrasburgo] dedica a esta nova orientação da geografia” (PHLIPPONNEAU, 1960, p.8). Novos centros foram criados: Jean Labasse (1918-2002) inaugura um na Universidade de Lyon (MOREIRA, 2009); André Meynier e Phlipponneau fazem o mesmo na Universidade de Rennes; Louis Papy (1903-1990) e Henri Enjalbert (1910-1983) na Universidade de Bordeaux começaram a ofertar estágios e realizar cursos de geografia aplicada. Além disso, “os

Seminários da Universidade de Liège, dirigidos por Omer Toulippe, também ficaram famosos” (ANDRADE, 2008, p.159).

De acordo com Ruy Moreira (2009, p.29), isso acabou implicando “setores de esquerda da geografia francesa” no debate, originando uma controvérsia no seio da comunidade geográfica, em especial “pelo peso da influência da geografia soviética na própria instituição da geografia aplicada”, envolvendo particularmente Jean Tricart e Pierre George. Conforme Ruy Moreira, em 1958, Tricart escrevera um texto intitulado *Existe-t-il une géographie appliquée?* Nesse texto, define-se “a favor de uma geografia aplicada”, mas condenando sua vinculação com “setores empresariais” dado o risco da “perda de identidade” e possível deslegitimação científica “da Geografia e do geógrafo”.

Lá, por exemplo, havia um geomorfólogo muito grande que eu conhecia bem por sinal, que se chamava Jean Tricart. Jean Tricart fez, tinha acordos com empresas, em particular, nas regiões do sudeste, de *Cévennes* onde havia tempestades terríveis e com muita água de inundações etc. E, assim, Tricart era acima de tudo um geomorfólogo e formava alunos para analisar os fenômenos da propagação das inundações e o trabalho que tinha que ser feito em tal e tal lugar. Bem, foi, foi útil, se você quiser, mas George ficou chateado (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Parcialmente diferente de Ruy Moreira, Lacoste atribui à Michel Phlipponneau e Jean Tricart o feito da introdução da ideia de geografia aplicada. Estes dois professores envolviam e treinavam alguns dos seus alunos em determinadas observações e técnicas geográficas para cumprir contratos oferecidos por empresas comerciais, a exemplo dos primeiros estabelecimentos de supermercados. Isso despertava entusiasmo entre os alunos, que auferiam um pouco de dinheiro, e faziam uma geografia totalmente diferente daquela que aprenderam no *lycée* (LACOSTE, 2010).

Tanto Tricart, quanto Phlipponneau, enxergam no desenvolvimento da chamada geografia aplicada – explica André Meynier (1969, p.184) – “a possibilidade de colocar jovens geógrafos no circuito da vida cotidiana”. Para que a pesquisa geográfica progredisse, era preciso formar os geógrafos para além da qualidade de professores de segundo grau, para além do ensino: essa é uma das principais críticas de Phlipponneau (1960). Uma alternativa à essa formação restrita era a nova orientação da geografia capaz de apreender o espírito utilitário daquela época. E não só isso. Os trabalhos de geografia aplicada permitiriam também resoluções ágeis e pontuais, além de conferir digamos, certa, utilidade aos geógrafos:

Os usuários precisam de respostas rápidas e precisas, permitindo-lhes escolher entre várias hipóteses. Se os geógrafos não satisfizerem estas necessidades, outros especialistas o farão por eles, outras disciplinas beneficiarão de meios importantes e tenderão mesmo a substituir-se à geografia para a formação dos jovens (PHLIPPONNEAU, 1996, p.274).

Contudo, essa tecnificação, a aplicação de dados geográficos, reduzia a formação dos estudantes a determinados componentes da geografia (geomorfologia, climatologia, hidrologia, etc.). Essa geografia aplicada respondia a interesses efêmeros, procuras ocasionais demandadas por empresas públicas ou privadas. Lacoste sentencia que essa geografia formava geógrafos “completamente incompletos” e demasiados especializados, que encontravam o desemprego tão longo a tarefa demandada terminava.

Porque havia uma polêmica a propósito da geografia ativa. George era totalmente contra a ideia de que os alunos pudessem participar de trabalhos de pesquisa que serviriam para valorizá-los ou protegê-los etc. E havia professores de geografia, universitários, que faziam acordo com tal ou tal grupo, tal e tal companhia, e faziam seus alunos trabalharem recebendo um pouco de dinheiro. Bom, então houve... é... o fato de... o termo “geografia ativa” George o usou contra os colegas universitários que faziam trabalhar os estudantes, mas os estudantes estavam bastante contentes! [risos] bem, sim!

Eles ganhavam [*épluchaient*] um pouco de dinheiro e George não estava contente, ele dizia: “sim, então eles não vão ter uma formação completa, eles vão se concentrar em tal coisa” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Como é possível perceber, no que tange à querela entre *géographie active* e *géographie appliquée*, Yves Lacoste e Jean Tricart estavam em lados opostos. Tal debate entre essas duas correntes de orientação da Geografia implicava uma discussão sobre a razão de ser da ciência geográfica, mas também um reexame sobre princípios teóricos e *démarches*. E será nessa última dimensão que Lacoste se utilizará das lições tricartianas para fazer frente à abordagem da Escola Francesa de Geografia.

Em 1965 o famoso geomorfólogo francês publica *Principes et méthodes de la géomorphologie*. No livro II da obra, no capítulo intitulado *Les particularités du problème*, ele estabelece uma reflexão de cunho metodológico chamando a atenção para o problema das escalas temporo-espaciais. Reclama que o referido problema deveria ter sido objeto de análises metodológicas mais sistemáticas. Ainda, atribui essa ausência de análises ao atraso da Geografia – disciplina que opera com um empirismo demasiado e sem uma definição suficiente dos objetos e métodos.

Tricart anota, ademais, que a única tentativa feita nesse sentido foi realizada por ele mesmo e André Cailleux (1907-1986) num artigo intitulado *Le problème de la classification des faits géomorphologiques*, publicado nos *Annales de Géographie* em 1956. Ali, os autores fazem diversas observações sobre a escala e seus processos correlatos: (1) variação de importância dos mecanismos morfogênicos; (2) a oposição dialética entre forças internas e forças externas assumindo diferentes aspectos; (3) a escala, do ponto de vista temporal, permite distinguir tendências gerais da evolução das oscilações; (4) consideram a escala como um conceito metodológico importante teoricamente e com elevado significado prático; (5) torna possível interpretar corretamente as sobrevivências (no nível temporal) da mesma forma que torna capaz interpretar as distintas relações de força entre fatores antagonistas (no nível espacial); (6) queixam-se, também, que a noção de escala ainda não tinha sido aplicada em geomorfologia e que por isso é bom repensar periodicamente os conceitos básicos (CAILLEUX; TRICART, 1956).

É só depois dessas observações que eles apresentam sua classificação taxonômica baseada em ordens de grandeza. Naquele momento, Cailleux e Tricart (1956) distinguem 7 ordens de grandeza: 1ª – as dimensões dessas unidades são expressas em milhares de quilômetros de comprimento e em milhões ou dezenas de milhões de quilômetros quadrados de área; É uma ordem de grandeza de 10^7 km²; 2ª – as dimensões são cerca de três a cinco vezes menores que as das unidades de primeiro tamanho para os comprimentos e cerca de dez vezes menores para as superfícies, ou seja, 10^6 km²; 3ª – unidades cuja superfície é da ordem da centena de milhares de km², ou seja, 10^5 km². 4ª – essas unidades geralmente têm algumas dezenas de milhares de quilômetros quadrados (10^4 km²); 5ª – essa grandeza corresponde à dimensões de alguns milhares de quilômetros quadrados (10^3 km²); 6ª – corresponde a superfícies da ordem da centena de km² (10^2 km²); finalmente, 7ª – grandeza com alguns quilômetros de comprimento, ou seja, com uma superfície de 10 km². Em *Principes et méthodes de la géomorphologie*, o geomorfólogo francês retoma essa classificação e adiciona uma oitava ordem de grandeza: aquela que agrupa diversas escalas e recebe o nome de microscópicas – posto que a “observação não pode ser feita diretamente com nossos sentidos e devemos recorrer a dispositivos ópticos” (TRICART, 1965, p.90).

Ora, é justamente nos termos de Tricart (e Cailleux) que Yves Lacoste (1980) estabelece sua classificação – retomada da sua *magnum opus*, agora com exemplos para melhor ilustração do argumento. Vejamos.

Primeira ordem de grandeza: os complexos espaciais cuja maior dimensão é medida em dezenas de milhares de quilômetros. Exemplos: os continentes, os oceanos, os Andes, as Montanhas Rochosas, a zona tropical, a URSS, o terceiro mundo. Essa ordem de grandeza é representada no planisfério com uma escala variando de 1/10.000.000 [*dix-millionième*] a 1/100.000.000 [*cent-millionième*].

Segunda ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem em milhares de quilômetros: o escudo geológico do Brasil, o mar Mediterrâneo, a bacia hidrográfica amazônica, os países

muçulmanos, o Saara, países tais quais os EUA, Canadá e China. A escala da representação conveniente varia de um 1/1.000.000 [*millionième*] a 1/10.000.000 [*dix-millionième*].

Terceira ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem em centenas de quilômetros: a bacia sedimentar parisiense, os Alpes, etc. A escala da representação conveniente varia de 1/500.000 a 1/1.000.000.

Quarta ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem em dezenas de quilômetros: a grande aglomeração urbana de Paris, por exemplo. As configurações desses conjuntos se estudam sobre mapas que variam de 1/50.000 a 1/200.000.

Quinta ordem de grandeza: conjuntos cujas dimensões se medem em quilômetros: uma cidade grande, o *terroir* de uma vila, uma floresta, um lago, um bairro no seio de uma grande aglomeração, um grande estabelecimento industrial ou portuário. As configurações desses conjuntos são examinadas sobre mapas cuja escala varia de 1/20.000 a 1/50.000.

Sexta ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem em centenas de metros: formas de modelado do terreno, fundo de vale, ravinas, barra rochosa [*barre rocheuse*], ilhotas urbanas, pequenas localidades, “distritos” de um *terroir* agrícola, etc. As escalas variam de 1/1.000 a 1/10.000.

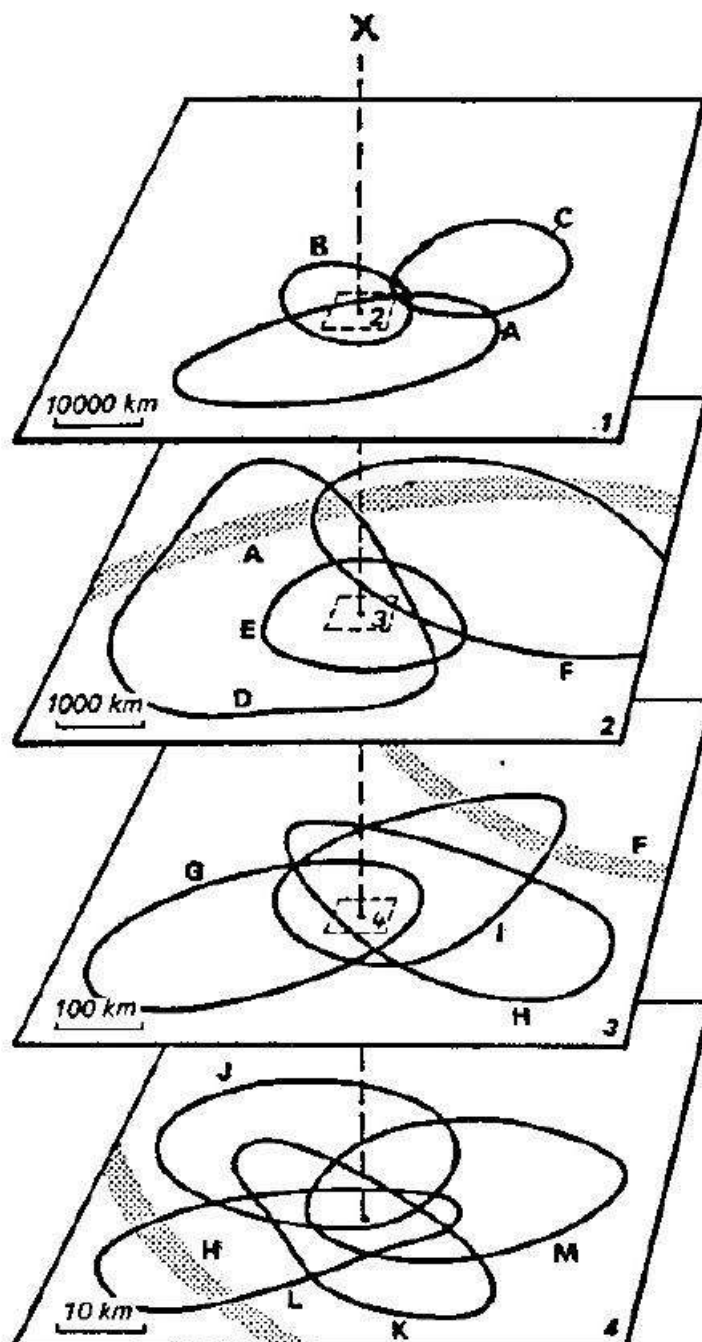
Sétima ordem de grandeza: os conjuntos cujas dimensões se medem em dezenas de metros: quarteirões [*pâtés de maisons*], grandes edifícios, uma aldeia, um bosque.

Oitava ordem de grandeza: os inúmeros conjuntos cujas dimensões se medem em metros: ravinamentos sobre uma vertente, o plano dos edifícios de uma exploração agrícola, etc.

Embora considere esse tipo de classificação muito mais eficaz e preciso que as alusões à grande e pequena escala, o geógrafo não as revoga e esclarece que pequena escala são as ordens de grandeza 1, 2 e 3, ao passo que grande escala são consideradas as ordens 4, 5 e 6. Yves Lacoste (1980, p.116) está atento que esse tipo de categorização “pode parecer um pouco formal”. Sem embargo, para ele, trata-se de uma ferramenta conceitual eficaz para pensar melhor o espaço. E não titubeou em comparar essa distinção em ordens de grandeza aos diferentes tempos da história de Braudel (1902-1985). Ele chegou mesmo a sugerir aos historiadores diferentes ordens de grandeza do tempo da geologia e da história.

Yves Lacoste também oscila. Se, em outra passagem de *Unité et diversité du tiers monde*, ele defende que as interseções dos conjuntos espaciais é o método que dá conta da diversidade do terceiro mundo, em outro momento grafa “dois métodos de análise espacial”: (1) a distinção sistemática dos diferentes níveis de análise conforme as ordens de grandeza; e (2) nos níveis de análise, o exame sistemático das interseções entre os contornos dos diversos conjuntos espaciais na realidade (LACOSTE, 1980, p.160). Da forma como exposto, fica parecendo que as interseções servem para capturar a diversidade do terceiro mundo e que sua combinação com os níveis de análise presta-se aos desígnios da análise espacial. A situação fica mais complexa ainda quando pensamos no caso do Vietnã quando o geógrafo emprega o termo nível de análise também no sentido geográfico (dimensões topográfica, hidráulica e populacional). Pode-se sugerir que, se Lacoste tivesse recorrido à palavra *démarche* a situação se tornaria menos complexa pois ele poderia ter subsumido: (I) análise em diferentes escalas (cartográficas); (II) os diferentes níveis (geográficos) de análise espacial e (III) as diferentes ordens de grandeza dos objetos geográficos (extensão).

Na representação do diagrama o espaço aparece laminado, vez que o pensamento distingue planos de interseção e espaços de conceitualização. Quanto menor o tamanho dos conjuntos maior a diversidade dos mesmos. Logo os níveis de análise das interseções dos diversos conjuntos espaciais estão em correlação direta com as ordens de grandeza (Figura 4). Se cabe ao geógrafo saber-pensar o espaço, o caminho para tal tarefa é a consideração das relações entre os níveis de interseções de conjuntos de ordens de grandeza distintos. Para Yves Lacoste, se a escala muda, o fenômeno muda também.

Figura 4. Esquema ilustrador da combinação dos dois métodos de análise espacial.

Fonte: LACOSTE, 1980, p.161.

Essa atenção que o geógrafo dispensa aos níveis e as relações entre eles não deixa de ser uma manifestação da influência da Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy: “As análises sistêmicas também tentam explicar as relações entre sistemas de dimensões muito diferentes” (LACOSTE, 1980, p.164). Tais análises distinguiriam “diferentes estratos da realidade” conforme uma certa “ordem hierárquica”. Conforme Bertalanffy (1968, p.27), o conceito de ordem hierárquica era fundamental na teoria geral dos sistemas por várias razões: (1) “Atualmente” – escreve o biólogo austríaco – o universo era visto “como uma tremenda hierarquia, de partículas elementares a núcleos atômicos”, passando por átomos, moléculas, células, organismos, além de organizações supra-individuais; (2) era um esteio da teoria geral dos sistemas; (3) aplicabilidade aos sistemas

socioculturais; (4) característica da organização seja de um ser vivo ou de uma sociedade; (5) traduzia uma superposição de sistemas; (6) aparecia em várias disciplinas; (7) fundamentava uma concepção moderna de realidade.

Ora, se pensarmos bem, fica claro porque Yves Lacoste se apoiou em maior ou menor medida em Ludwig von Bertalanffy. Desde o pós-Segunda Grande Guerra, o desenvolvimento da *New Geography*, da *Géographie appliquée*, apontava a tendência dos estudos geográficos para uma especialização cada vez maior. Num certo sentido, isso implicava a formação de geógrafos cada vez mais especializados numa área da própria ciência: climatólogos, geomorfólogos, demogeógrafos, entre outros. Quanto mais se reduzia a área de atuação, mais detalhados eram os conhecimentos e raciocínios correlatos sobre determinados objetos geográficos (população, relevo, clima, etc.). Contra isso, que colocava a unidade da Geografia sob o fio da espada, a teoria dos sistemas contribuía para o combate na medida em que salientava a importância da concatenação dos fatos, da relação entre as diferentes camadas do real, do sentido de ordem. Se a geografia era um saber voltado para a análise espacial, a teoria geral dos sistemas fornecia aportes que tornavam tal análise possível a partir de um método que conseguisse capturar os níveis, as ordens, os conjuntos, as interseções, as diferenças, as interconexões. Daí porque Bernard Kayser (1981) considerou que a abordagem sistêmica, ao lado das abordagens política e histórica, formavam o fio condutor da obra lacosteana em foco.

Conquanto reconheça a importância da análise sistêmica, o geógrafo não está satisfeito, pois ela não considera os sistemas enquanto tais, mas as características de cada um deles e de suas múltiplas combinações. Aqui o geógrafo parece tratar sistema e conjunto praticamente como sinônimos. Se a Teoria Geral dos Sistemas focalizava nas características dos mesmos, isso não poderia ocorrer na teoria dos conjuntos espaciais (Geografia). A análise sistêmica centra-se nos caracteres ao passo que a análise geográfica estuda os sistemas, os conjuntos, pelo prisma das manifestações e combinações espaciais (LACOSTE, 1980). Exemplificando, não basta focalizar no crescimento demográfico ou no PIB para compreender o terceiro mundo. É preciso compreendê-lo considerando essas características e vendo como um conjunto, um todo estruturado.

Uma “verdadeira análise sistêmica”, capaz de basear o raciocínio geográfico deve atentar para o que o geógrafo chama de sobredeterminação. Esse conceito pode ser traduzido como a influência que as interseções de conjuntos maiores exercem em conjuntos espaciais menores em suas características, funcionamento e organização. Se existe sobredeterminação, existe também diferentes níveis de sobredeterminação. Aqui ele apressa-se em não identificar esse conceito com a noção de sobredeterminação althusseriana. Por isso ele recupera a etimologia da palavra determinar e o seu sentido espacial: “marcar os limites” (LACOSTE, 1980, p.169). Marcar os limites é estabelecer a área de influência de um determinado fator (seja ele natural ou social), o nível de atuação do mesmo e levar em conta as interações que ocorrem. Então, a título de ilustração, o impacto da Revolução Russa foi – a princípio – nacional. O triunfo da URSS dilata mais ainda a área de influência do movimento revolucionário para as escalas continental e internacional/mundial. Assim, a referência aos diferentes níveis de sobredeterminação torna possível que o raciocínio geográfico avance, pois confere maior eficiência à abordagem comparativa e um rigor maior na seleção dos exemplos “que ilustram o raciocínio de geografia geral” (LACOSTE, 1980, p.170).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de uma parte da obra de Yves Lacoste permitiu-nos evidenciar a importância (1) da querela entre a *géographie active* e a *géographie appliquée* na sua trajetória intelectual; (2) a influência metodológica de Jean Tricart – expressa na atenção às ordens de grandeza; e (3) como a *démarche lacosteana* revela uma posição face ao método de abordagem da escola francesa de geografia – de cariz vidaliano.

É salutar ressaltar que a parte ora analisada da produção bibliográfica de Yves Lacoste é resultado de duas dimensões conjuntas: (1) as disputas intelectuais-institucionais no seio da

Geografia francesa (direções epistemológicas, escolhas teóricas e metodológicas); e (2) as questões candentes do mundo após Segunda Guerra Mundial – notadamente a descolonização. Observe-se que o geógrafo em foco travou experiências intelectuais em países de extrema relevância para a história do século XX: Argélia, Cuba, França e Vietnã.

Assim, vimos que o conceito de subdesenvolvimento aparece como meio de garantir a unidade da Geografia (ameaçada pela especialização à medida em que ela progredia) e, simultaneamente, um veículo de crítica da Escola Francesa e seu conceito de gênero de vida. Para além de uma disputa conceitual, trata-se de uma crítica concreta à tradição na qual fora formado. Da mesma forma, o incômodo intelectual interno que ele sente com a geografia vidaliana, provém do fato desta ter erigido a região como nível geográfico primordial de análise. O método regional configurava-se como um obstáculo epistemológico e precisava ser superado – o que significa ser conservado também – para dar conta das transformações político-econômicas que se processavam no seio dos países subdesenvolvidos e do terceiro mundo. Daí porque a articulação dos diferentes níveis de análise apareça como resposta concreta às rachaduras metodológicas do edifício vidaliano.

Finalmente, notamos a influência de Bertalanffy tanto no que tange ao caráter metodológico (atenção às relações entre os níveis de análise), mas também do ponto de vista teórico (a abordagem sistêmica como escudo face à especialização do saber geográfico). A unidade da Geografia seria fundamental para dar conta da complexidade e variedade dos fenômenos sociais e naturais que se apresentam em diversas escalas, níveis e ordens de grandeza. O método lacosteano, reputado por Eugène Berg (1981) como original e sugestivo, conforma-se enquanto um avanço em relação a prioridade conferida pela Escola Francesa à região. A originalidade em articular uma geografia geral – as representações do terceiro mundo em escala planetária – com uma geografia regional cuidadosa em relação à diversidade dos territórios (MARCONIS, 1996).

AGRADECIMENTO

O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pela outorga da bolsa de Doutorado e também ao Instituto Federal do Maranhão – Campus Avançado Porto Franco (IFMA-CAPF) pela autorização do afastamento para cursar o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. Geografia: ciência da sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 [1938].
- BATAILLON, Claude. Six géographes en quête d'engagement : du communisme à l'aménagement du territoire. Essai sur une génération. Cybergeog : European Journal of Geography [En ligne], Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique, document 341, mis en ligne le 27 juin 2006, consulté le 23 mars 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cybergeog/1739>.
- BATAILLON, Claude. Géographes génération 1930. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2009.
- BERDOULAY, Vincent. A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Perspectiva, 2017 [1981; 1995].
- BERG, Eugène. Yves Lacoste. Unité et diversité du Tiers Monde. In : Politique étrangère, n°2 - 1981 - 46^eannée. pp. 487-488.
- BERTALANFFY, Ludwig von. General System Theory: Foundations, Development, Applications. New York: George Braziller, 1968.

- CAILLEUX, André ; TRICART, Jean. Le problème de la classification des faits géomorphologiques. In : *Annales de Géographie*, t. 65, n°349, 1956, p.162-186.
- CHOLLEY, André. *La Géographie. Guide de l'Étudiant*. Paris : Presses Universitaires de France, 1951 [1942].
- CLAVAL, Paul. France. In: JOHNSTON, R. J; CLAVAL, P. *Geography since the Second World War*. London & Sydney: Croom Helm; Totowa, New Jersey: Barnes & Noble, 1984, p.15-41.
- CLAVAL, Paul. Hérodote and the French left. In: DODDS, Klaus e ATKINSON, David (org.). *Geopolitical traditions*. London and New York: Routledge, 2000, p.239-267.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo, v2: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994 [1993].
- DOSSE, François. *La marcha de las ideas. Historia de los intelectuales, historia intelectual*. Traducción Rafael F. Tomás. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2006 [2003].
- DOSSE, François. *La saga des intellectuels français, II : L'avenir en miettes (1968-1989)*. Paris : Gallimard, 2018.
- KAYSER, Bernard. Yves Lacoste, Unité et diversité du Tiers Monde. In : *Tiers-Monde*, tome 22, n°87, 1981. pp. 667-669.
- LACOSTE, Yves. Le concept de sous-développement et la Géographie. In : *Annales de Géographie*, t. 76, n°418, 1967, p.644-670.
- LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHÂTELET, François. *História da Filosofia – Idéias, Doutrinas. Volume 7: A Filosofia das Ciências Sociais (De 1860 aos nossos dias)*. Tradução de Hilton Ferreira Japiassú. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974 [1973], p.221-274.
- LACOSTE, Y. *Unité et diversité du tiers monde. Tome I : Des représentations planétaires aux stratégies sur le terrain*. Paris : François Maspero, 1980.
- LACOSTE, Yves. *La géopolitique et le géographe : entretiens avec Pascal Lorot*. Paris : Choiseul, 2010.
- LACOSTE, Yves. *Aventures d'un géographe*. Paris : Équateurs, 2018.
- LACOSTE, Yves. Entrevista concedida à José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Transcrição de Priscila Junglos. Paris, 27 de abril de 2022.
- MARCONIS, Robert. *Introduction à la Géographie*. Paris : Armand Colin, 1996.
- MEYNIER, André. *Histoire de la pensée géographique en France*. Paris : Presses Universitaires de France, 1969.
- MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ORAIN, Olivier. *De plain-pied dans le monde : écriture et réalisme dans la géographie française au XXe siècle*. Paris : L'Harmattan, 2009.
- PHLIPPONNEAU, Michel. *Géographie et action. Introduction à la géographie appliquée*. Paris : Librairie Armand Colin, 1960.
- SOUSA NETO, M. F. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). *Geosp*, v. 25, n. 1, p. 1-6, 2021.
- TRICART, Jean. *Principes et méthodes de la géomorphologie*. Paris: Masson et cie éditeurs, 1965.
- VIERS, Georges. Yves Lacoste redéfinit le sous-développement. « Unité et diversité du tiers monde ». *Le Monde*, Paris, 01 août 1981. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou.